

CLARIN (Argentina)

En busca de una estrategia común frente al ALCA

Kirchner y Lavagna ya anticiparon que, de ganar, se unirán a Brasil en su idea de pedir una postergación del tratado continental que impulsa EE.UU.

La visita del ministro Roberto Lavagna y del candidato Néstor Kirchner a Brasilia produjo entusiasmo político en el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva. Pero el presidente brasileño pidió "cautela" en el tratamiento de los temas económicos bilaterales. Hubo, sin embargo, muchas coincidencias sobre política exterior.

Si el 18 de este mes Kirchner sale victorioso y Lavagna confirma su continuidad en el Ministerio de Economía, los dos países replantearán posiciones respecto de Estados Unidos y del ALCA (la Asociación de Libre Comercio de las Américas). Lo que sobrevoló la reunión de ayer en el Palacio del Planalto (la casa de gobierno brasileña) fue la idea de aplazar la liberación comercial en el continente. Lavagna coincidió con sus colegas brasileños al señalar que nada obliga a inaugurar la zona de libre comercio americana en el 2005: "No es una fecha límite, sino indicativa. Se puede o no llegar a ella".

En una charla posterior con Clarín, amplió el concepto: "Personalmente, creo que hay muchas diferencias entre los 34 países que eventualmente formarían parte del ALCA. Y además, 18 de estos países ya tienen acceso preferencial al mercado de EE.UU.". Esto marca una diferencia en el punto de partida. Por otro lado, hay países con economías agrícolas muy protegidas y subsidiadas (por ejemplo, EE.UU.). "Eso muestra las dificultades que va a tener el proceso. Me parece más fácil la discusión de un proceso de apertura comercial entre el Mercosur y EE.UU.", una visión compartida entre Brasil y Argentina que prefieren negociaciones entre menos socios y, por lo tanto, más controladas.

La noche del miércoles, en una cena organizada por el embajador argentino Juan José Uranga en su residencia, Lavagna y el ministro brasileño del área económica, Antonio Palocci, pusieron las cartas sobre la mesa. Admitieron que ni Argentina ni Brasil están en condiciones de afirmar que alcanzaron la estabilidad definitiva.

Durante esa comida, el ministro recordó viejos tiempos con el vicescanciller brasileño, Samuel Pinheiro Guimarães, cuando les había tocado compartir, en los gobiernos de Raúl Alfonsín y José Sarney, la elaboración y firma de los 20 primeros protocolos de integración entre Brasil y Argentina. Entre Lavagna y Pinheiro hay un lenguaje común: piensan la política exterior como función de la integración regional.

En perspectiva, esa coincidencia representa un viraje respecto de los años 90. De allí la crítica pública que Lavagna hizo ayer al proceso de integración elegido por el ex presidente Carlos Menem y su socio brasileño de entonces, el ex presidente Fernando Collor de Mello. Lavagna lo expresó así: "Hay que abandonar esa idea de que basta eliminar aranceles para favorecer la integración, pero dejando que sea el mercado que determine la evolución de las economías". El ministro subrayó que "en los 90, fue esa política la que condujo al Mercosur casi al borde del fracaso, aunque no alcanzó a destruir el proyecto".

—¿Usted prefiere entonces recomponer las políticas estatales activas? —preguntó esta enviada.

—Los procesos exitosos se basan en políticas proactivas, como lo demuestra la experiencia de la Unión Europea. Si bien estas políticas se dan en el marco capitalista y de mercado.

Consistente con ese enfoque, el ministro aseguró que no quiere poner plazos en el acuerdo de reestructuración de la deuda externa. "Se pretende llegar lo más rápidamente posible a un acuerdo con los acreedores. Pero sin poner en juego los intereses del país", concluyó.

GAZETA MERCANTIL (Brasil)

Mercosul e Índia podem assinar acordo em julho

São Paulo, 9 de Maio de 2003 - O Mercosul e a Índia poderão assinar um acordo geral para liberalização comercial bilateral em julho, na reunião de cúpula do bloco. A abertura deve ocorrer em duas fases: primeiro haverá um acerto de preferências tarifárias para determinados produtos, cuja assinatura está prevista para agosto. Depois, deverá ser discutido um acordo de livre comércio, segundo um negociador do Brasil. Esse deverá ser o primeiro tratado do Mercosul com um país fora das Américas.

As conversas estão andando com certa rapidez. No primeiro encontro, há duas semanas, em Assunção, fechou-se o marco geral do acordo e o texto principal sobre preferências tarifárias. "Não há muita surpresa nos textos, pois são muito baseados nas regras da Organização Mundial de Comércio", diz o diplomata brasileiro. Isso facilitou a conversa. Agora, é preciso fechar anexos sobre temas como salvaguardas e solução de controvérsias.

A troca de listas de produtos manufaturados e agrícolas que cada lado quer ver envolvido no acordo de preferências tarifárias ocorrerá até o final deste mês. O Brasil tem interesse em exportar aos indianos bens como automóveis e produtos químicos. As relações de itens deverão ser pequenas, diz o negociador. Isso também deverá ajudar a fazer esse processo de discussão ser mais rápido. Mas essa é uma discussão dinâmica, ou seja, aprovado o acordo - que ainda não se sabe quanto tempo levaria para entrar em vigor -, pode-se discutir sua ampliação.

Em Assunção, ficou clara a intenção dos indianos de fecharem um acordo, diz o diplomata. Em 1999, a Índia havia demonstrado interesse, mas a conversa não progrediu devido à crise no Cone Sul. Em 2002, o país enviou um projeto de acordo para o Mercosul propondo uma área de livre comércio. O bloco propôs, então, uma integração econômica em duas fases, em razão do pouco grau de conhecimento entre as economias. Um acordo com a Índia está alinhado como desejo do presidente Lula da Silva de aprofundar o relacionamento do Brasil com aquele país.

A corrente de comércio do Brasil com o país asiático deu um salto de 2001 para 2002, principalmente devido às exportações brasileiras, que passaram de US\$ 285,3 milhões para US\$ 653,6 milhões, respectivamente. As importações aumentaram de US\$ 542,8 milhões para US\$ 573,2 milhões.

Mercosul é prioridade em relação à Alca, diz Kirchner

Brasília, 9 de Maio de 2003 - Candidato argentino visita Lula e reforça idéia de maior integração. O candidato favorito à presidência argentina, Néstor Kirchner, disse ontem ter plena sintonia com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a importância da integração sul-americana. Para realizar a tarefa, defendeu o fortalecimento e o aprofundamento da integração do próprio Mercosul, tarefa para a qual vai se empenhar, se eleito no dia 18. O Mercosul e a maior integração Brasil e Argentina foi o eixo central da conversa entre ambos, ontem, no Palácio do Planalto.

Com pose de presidente virtualmente eleito, Kirchner foi recebido ontem pelo presidente brasileiro por mais de uma hora, para discutir projetos comuns entre os dois países na perspectiva da consolidação de um espaço econômico regional ampliado, iniciativa já acertada em janeiro entre Lula e Eduardo Duhalde.

Kirchner fez questão de frisar que o Mercosul e, por extensão, a América do Sul, vêm à frente de outros projetos, como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sobre a qual não quis se estender.

A tese é também defendida pelo atual ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna e o próprio chanceler interino, Samuel Pinheiro Guimarães, um dos ideólogos do governo Lula

para a integração sul-americana. Ambos, mais o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, acompanharam a audiência que Lula concedeu a Kirchner, que veio a Brasília, segundo disse, a convite do presidente brasileiro.

Kirchner assegurou que viajou não em busca de votos, em razão da projeção de Lula na Argentina, mas a fim de "trocar experiências". Segundo disse, Lula o tratou apenas como candidato e não como presidente, e restringiu-se a lhe desejar boa sorte nas eleições.

Apoio discreto

O governo brasileiro, na verdade, apóia discretamente a candidatura do peronista e governador da província de Santa Cruz, apostando na maior integração entre os dois países, projeto estratégico na política externa do atual governo.

Assim como Lula, o presidente do Chile, Ricardo Lagos, estaria também apoiando Kirchner, que viajou ontem mesmo para Santiago, onde hoje almoça com o mandatário chileno.

Para o candidato argentino, não se deve questionar se o Brasil vai ou não liderar o processo de integração sul-americana pois isto seria um retrocesso. Segundo ele, a integração não pode ser ofuscada por "frivolidades".

Numa estocada contra o seu oponente, o ex-presidente Carlos Menem, cujo governo seguiu o princípio de "relações carnavais" com os Estados Unidos, Kirchner disse que em sua eventual gestão a Argentina não terá alinhamentos automáticos e tampouco relações carnavais com ninguém.

Disse preferir relações solidárias, no âmbito do Mercosul, em projetos de redução da fome, de promoção do desenvolvimento e da inclusão social e de combate à corrupção. Kirchner frisou a importância de se avaliar melhor os pontos que impedem a plena desenvoltura do projeto de integração do Mercosul e a "funcionalidade" desejada pelos quatro sócios. Ele preconizou ajuste que permitam dar ao bloco uma "mesma visão de mundo", em processo que também incluiria o Chile.

O candidato fez uma profissão de fé no Mercosul, afirmando que não fará como outros presidentes que, segundo ele, "deixaram suas convicções na porta de entrada da Casa Rosada".

De acordo com ele, o Mercosul registra falhas que devem ser corrigidas, em especial a partir de um entendimento maior entre Brasil e Argentina, num processo que inclua não somente aspectos econômicos e comerciais, mas também a integração em outras áreas. Sublinhou a importância de uma integração maior no campo político, que dê uma voz "forte e clara" à região nos foros externos.

Menem não vem

Ao final do encontro, pelo lado brasileiro falou o porta-voz da Presidência, André Singer. Questionado se o encontro com Kirchner representa um apoio formal do presidente Lula à candidatura à Presidência do governador argentino, o porta-voz foi enfático: "Não. O presidente recebeu o candidato Kirchner a pedido do presidente Eduardo Duhalde, e apenas isso", disse o porta-voz, segundo informações da Agência Brasil.

Kirchner vai disputar o segundo turno das eleições argentinas no próximo dia 18 de maio com o também candidato peronista Carlos Menem. André Singer adiantou que não está previsto nenhum encontro entre Lula e Menem, uma vez que não houve "nenhum pedido nesse sentido".

Acordo com UE pode sair em 2004

São Paulo, 9 de Maio de 2003 - Anfavea estima que um acordo com a África do Sul deve ocorrer até o final deste ano. As montadoras de veículos do Brasil estimam que o Mercosul poderá ter, em 2004, um acordo de abertura comercial para o setor com a União Européia. Na próxima quarta-feira, em Bruxelas, representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e sua similar européia, a ACEA, se reunirão para tratar do assunto. No dia seguinte, haverá reunião entre a Anfavea e o governo brasileiro.

Com a África do Sul, o setor espera fechar um acordo ainda neste ano. Na missão brasileira à África, iniciada nesta semana, havia vários representantes da indústria de veículos. O Brasil só tem acordos de abertura comercial para o setor com os sócios do Mercosul, com o Chile e o México.

Quanto ao México, há indicações de que poderá se tornar o maior mercado de externo do Brasil, passando os Estados Unidos, segundo a Anfavea. De janeiro a março, as vendas aos mexicanos somaram US\$ 341,6 milhões. Para os EUA, foram de US\$ 573,5 milhões. Em 2002 foram enviadas 90 mil unidades para os mexicanos, e neste ano deverão ser 160 mil.

O acordo automobilístico com a UE, que deve incluir autopeças, é negociado no contexto do tratado entre os dois blocos e que envolverá boa parte do comércio bilateral e serviços. Brasília estima que em 2004 o tratado será fechado.

"Estamos acelerando o entendimento com a ACEA", disse o presidente da Anfavea, Ricardo Carvalho, que não deu detalhes sobre a demanda brasileira à Europa. Um entendimento entre os setores privados pode facilitar a negociação entre governos.

Assim como a Anfavea está conversando com os europeus, as associações dos outros países do Mercosul podem estar fazendo o mesmo. Mais tarde, as quatro entidades devem negociar juntas, diz o presidente da Anfavea.

O aumento das exportações pode ajudar a resolver o problema de ociosidade da indústria nacional. Sua capacidade instalada é de 3,2 milhões de veículos ao ano, mas a produção gira em torno 1,9 milhão de unidades. E não há sinais de que no curto prazo o mercado local crescerá a ponto de demandar boa parte do que não é utilizado hoje.

Considerando-se tal, quadro, vender mais para a UE, um mercado de 14 milhões de unidades ao ano, pode ser um bom negócio. Em 2001, a exportação de veículos, motores e componentes das montadoras para o bloco somou US\$ 329,9 milhões, 9,13% do total. A tarifa básica de importação para carros na Europa é de 10%. Para ônibus, vai de 10% a 16%, e para caminhões é de 22% para a maioria dos produtos. Estima-se que a abertura daquele mercado poderia ocorrer num prazo de 8 a 10 anos.

No Brasil, a alíquota é de 35% para todos os veículos. Carvalho não falou sobre a contrapartida, em termos de abertura de mercado, que a indústria local aceita dar aos europeus.

Na África do Sul, a tarifa para o setor automobilístico é de 27% a 43%, disseram fontes do Itamaraty. O Mercosul negocia um acordo de preferências tarifárias envolvendo vários produtos com o país. Segundo Carvalho, o mercado sul-africano é de 350 mil veículos ao ano. Um acordo deverá resultar em superávit comercial para o Brasil no setor, diz Carvalho. De acordo com um negociador do governo brasileiro, o Mercosul pediu aos sul-africanos redução imediata de tarifas para zero.

As montadoras têm interesse ainda num acordo com a China e a Índia, para onde já houve missões. Segundo um negociador brasileiro, é possível que o setor automobilístico seja incluído no acordo de preferências tarifárias que poderá ser fechado em agosto com a Índia (ver matéria na página 14).

Para as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a indústria está fechando sua posição final. De qualquer forma, pediu para ser tratada como sendo sensível à abertura comercial. Na oferta inicial do Mercosul para liberalização de produtos, grande parte do setor está na categoria com abertura acima de dez anos, diz um diplomata brasileiro.

EL MERCURIO (Chile)

Aznar: TLC con EE.UU. se cerrará "muy pronto"

Paradójicamente, alguien completamente ajeno al acuerdo comercial entre Chile y Estados Unidos es quien - hasta el momento- ha dado la noticia más optimista en términos de plazos para el cierre del TLC entre ambos países.

Sintomático o no, lo concreto es que tras reunirse en Washington con el Presidente norteamericano George W. Bush, el Presidente del gobierno español, José María Aznar, aseguró que el pacto comercial entre Chile y Estados Unidos será ratificado "muy pronto", de acuerdo a lo que el propio Bush le comentó en el encuentro.

"Creo que va a haber pronto buenas noticias sobre Chile", dijo Aznar, quien también se confirió un grado de responsabilidad en el eventual pronto cierre del TLC. "Me alegro mucho de haber podido ayudar en algo, porque este acuerdo es muy importante".

Y algo de cierto hay. Porque el Mandatario hispano ha recalado en varias reuniones - tanto con legisladores de origen latino como con el mismo Bush en el encuentro de la Casa Blanca- que para España sería una muy "buena noticia la rápida ratificación del TLC entre Estados Unidos y Chile (...) Tuve la satisfacción de hablar con el Presidente Bush de la necesidad que - en mi opinión- suponía que los Estados Unidos ratifiquen el Tratado de Libre Comercio con Chile. Se lo pedí especialmente al Presidente y él ha tenido una reacción muy positiva", dijo Aznar.

Sin embargo, el optimismo sobre un pronto término del acuerdo se disipó rápidamente tras las declaraciones del representante de Comercio norteamericano, Robert Zoellick, quien dijo que el TLC se firmará este año, aunque sin precisar ninguna fecha en particular.

LOBBY

APOYO: La Coalición para el Libre Comercio entre Chile y EE.UU. difundió una lista de 250 compañías norteamericanas interesadas en concretar lo antes posible el TLC, pues hoy están en desventaja frente a sus competidores de la Unión Europea.

EL ESPECTADOR (Colombia)

UE y CAN tienen listo más del 90% del acuerdo de diálogo político y cooperación

La Unión Europea (UE) y la Comunidad Andina de Naciones (CAN) tienen acordado más del 90% del contenido del Acuerdo de Diálogo Político y Cooperación que comenzaron a negociar esta semana en Bruselas.

"Hay casi más del 90% del texto acordado, en una ronda más se podría terminar el acuerdo y tenerlo listo antes de finalizar este año", aseguró el director para América Latina de la Comisión Europea, Francisco Da Câmara, durante el cierre de la primera ronda negociadora.

Este acuerdo "es una etapa para algo muchísimo más importante para las dos partes", dijo refiriéndose a la posibilidad de que los bloques negocien en el futuro un acuerdo de asociación que incluya la liberalización comercial.

El responsable europeo llamó a que "su puesta en marcha permita de hecho lograr avances en todas las áreas en que queremos avanzar", en especial "el desarrollo de la integración económica regional e intrarregional".

Tanto Da Cámara como el jefe negociador andino, el embajador colombiano en Bruselas, Nicolás Echavarría, indicaron que las partes llegaron a un acuerdo sobre cooperación comercial birregional.

El europeo también llamó a "no olvidar el contexto internacional multilateral" y a "trabajar juntos en el ámbito multilateral", en alusión a la actual ronda de liberalización económica de la Organización Mundial del Comercio (OMC).

En Quito las partes tratarán de cerrar los temas pendientes que el negociador colombiano calificó de "complejos": el control de la inmigración ilegal y la cooperación en materia sanitaria y fitosanitaria, para lo cual piden un acuerdo, además de una cláusula antiterrorista.

Asimismo destacó la necesidad de cooperar en la lucha contra los cultivos ilícitos y contra la violencia en la CAN (Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia).

EL COMERCIO (Perú)

Perú prevé firmar Tratado de Libre Comercio con Brasil en agosto

(EFE).- Perú y Brasil tienen previsto firmar un acuerdo de libre comercio en agosto próximo durante la reunión que celebrarán en Lima los presidentes de esos dos países, Alejandro Toledo y Luiz Inácio Lula Da Silva, informó hoy el primer vicepresidente de la República, Raúl Diez Canseco.

"El Acuerdo Bilateral de Libre Comercio está muy avanzado, por lo que pensamos que estará listo para la visita de Estado a Perú del presidente brasileño", precisó.

Durante la última visita a Brasil del presidente de Perú, el pasado 11 de abril, los dos países acordaron trabajar "intensamente" para llegar a un Acuerdo Bilateral de Libre Comercio.

Ese tratado tendrá características similares al que actualmente negocian la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y el Mercado Común del Sur (Mercosur) para llegar a un acuerdo de asociación antes de que concluya este año, según han anunciado ambos bloques regionales.

El Mercosur está integrado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y tiene como adherentes a Chile y Bolivia, mientras la CAN está formada por Colombia, Ecuador, Perú, Venezuela y Bolivia.

Por otra parte, el ministro de Economía peruano, Javier Silva Ruete, anunció hoy que en su última visita a Europa inició conversaciones con varias constructoras de España y Alemania para las futuras concesiones de las carreteras que conectarán Perú con Brasil.

"Las diferentes constructoras mostraron su interés en participar en las posibles concesiones que van a permitir importantes inversiones en vías de comunicación y, sobre todo, una mayor conexión con Brasil", destacó.

Según el ministro de Economía, Perú "debe dejar de mirarse de espaldas con Brasil, ya que es imperdonable no tener ninguna vía de comunicación con la octava potencia del mundo".

EL PAIS (Uruguay)

Acuerdo en negociar 4 más 1 con EE.UU.

El presidente Jorge Batlle y el vicescanciller argentino Martín Redrado coincidieron ayer en la necesidad de relanzar las negociaciones entre el Mercosur y Estados Unidos en el formato 4 más 1.

Fuentes oficiales señalaron que el tema será conversado por Batlle en su visita al presidente brasileño, Luiz Inacio Lula Da Silva, y que la intención es que la reanudación de las negociaciones se concrete durante la segunda presidencia pro t mpore de Uruguay, a lo largo del segundo semestre de este año. Las fuentes comentaron que los tiempos coinciden, además, porque a fines de mayo el secretario de Comercio de Estados Unidos, Robert Zoellick, visitar  a Lula.

Batlle recibí ayer al jerarca argentino en el Edificio Libertad, quien a la salida informó que "charlamos un largo rato sobre una posible negociación cuatro más uno con Estados Unidos, en el marco de los problemas que hay a nivel del ALCA y coincidimos que hay que impulsar esta negociación en el corto plazo".

En este sentido, agregó que "la coincidencia entre Argentina y Uruguay es total". Redrado informó que el tema será tratado por Batlle en la visita que hará a Lula "y muy probablemente en la próxima reunión del Grupo Mercado Común en Asunción este sea un tema de debate central en nuestra agenda".

Batlle se al  más tarde que el relanzamiento de las negociaciones en formato 4 más 1 es algo que "está ligado a la realidad. Nuestros países todos tienen que crecer por ese lado (acceso a mercados) y tenemos que apelar a todos los instrumentos posibles".

COSAS COMUNES. Sobre lo que se trató en la reunión, el primer mandatario comentó que "estuvimos conversando de las cosas comunes, y siempre llegamos a la misma conclusión: los países crecen desde la exportación y para hacerlo hay que mirar hacia los grandes mercados y tenemos que buscar entre todos los países las aproximaciones imprescindibles para que eso suceda, con Europa, con el Nafta y con Asia".

"Todas las cosas internas entre nosotros es imprescindible que continúen por este camino, sobre la base de entendimientos comerciales y de instrumentos que inclusive existieron entre nosotros y que tenemos que volver a poner en práctica, cuando las situaciones sean un poco más estables" agregó.

Según Redrado también se habló sobre temas bilaterales y subrayó "los avances que hemos tenido al eliminar restricciones al comercio y tener hoy aumento de las exportaciones uruguayas, producto del crecimiento de Argentina".

El vicescanciller afirmó antes de partir a Buenos Aires que en los últimos 90 días "claramente ha mejorado el clima de las relaciones" entre los dos países.

Al mediodía de ayer, Redrado se reunió con el ministro de Economía, Alejandro Atchugarry. Luego del encuentro destacó que "hablamos de la necesidad de la coordinación de políticas macroeconómicas en el largo plazo y, de alguna manera, estamos en un debate importante sobre cuál es la mejor manera para lograrlo. Pero claramente el ministro siente que estamos en el mismo vecindario y que lo mejor que podemos hacer es trabajar en conjunto para que el vecindario ande mejor".

MONEDA COMUN. En cuanto al tema de la moneda común, el vicescanciller argentino dijo que "eso va a surgir al final del camino de la convergencia macroeconómica".

El funcionario destacó que Argentina prácticamente ha eliminado todos los precios de referencia que imponía a productos uruguayos y se al  que su país ha actuado con "generosidad", dado que ha acordado con el gobierno uruguayo eliminar esas restricciones

primero. Luego, Uruguay lo va haciendo paulatinamente. Hasta ahora, nuestro país mantiene precios de referencia a 50 productos, de un total de 200 que había impuesto.

La agenda de Redrado se inició por la mañana en un desayuno de trabajo de la Asociación de Dirigentes de Marketing. Allí planteó que Uruguay y Argentina busquen complementar su oferta productiva para acceder de manera más rápida y profunda a terceros mercados, dado que según él los intereses de ambos países son convergentes en la materia.

Batlle y sus pronósticos electorales

Según el presidente Batlle y el vicedecano Redrado, durante su encuentro no se hicieron evaluaciones políticas de las elecciones en Argentina.

Ambos fueron consultados por la prensa en referencia a las declaraciones de Batlle de hace unas semanas pronosticando que Carlos Menem sería el ganador de las elecciones. Concretamente, el primer mandatario fue consultado si el hecho de que el candidato Nestor Kirchner no haya visitado Uruguay en su gira por diversos países de la región se debió a ese pronóstico.

Batlle mencionó que "creo que no vino por falta de tiempo. El tiene un contacto muy importante con Chile como gobernador en el sur. Los contactos con Chile son más importantes que los contactos hacia el norte".

El presidente agregó además que sus declaraciones "no creo que tengan que ver. Lo que yo dije fue al fin y al cabo un pronóstico de la primera vuelta y por ahora acerté. Y si erro más adelante será una cosa que decida el pueblo argentino y ahí todos estaremos de acuerdo en celebrar el hecho fundamental que es que en Argentina va a haber una elección tan libre y tan pura como la de hace pocos días".